

# RELAÇÕES DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE SEXUAL

## Relações de gênero, étnico-raciais e diversidade sexual

*Adriane A. Damascena*  
*Daniel Ramos*



# Relações de gênero, étnico-raciais e diversidade sexual

## Meta

Auxiliar na compreensão das políticas públicas e de teorias que visam situar o processo de construção histórico-social das relações de gênero, étnico-raciais e de diversidade sexual, buscando estas como forma de garantir uma educação cidadã, mais democrática e igualitária. Para tanto, buscamos conhecer os referenciais teóricos que orientaram esse processo.

## Objetivos

Ao final desta aula você será capaz de:

- Identificar os períodos em que foram produzidos determinados marcadores de diferenças.
- Diferenciar os referenciais teóricos e ideológicos que orientaram os tratamentos dados à temática do gênero, raça e etnia.
- Perceber que o combate à discriminação e à desigualdade requer uma postura e um posicionamento de respeito e de valorização da diversidade.

## Pré-requisito

Para acompanhar esta aula você deverá buscar fazer uma prévia leitura do material anteriormente disponibilizado no curso.

## Introdução

Vimos nos textos dos módulos anteriores uma série de situações e soluções que foram apresentadas para serem trabalhadas no ambiente escolar, que remetem a efetivação dos direitos humanos com foco nas crianças, adolescentes e jovens. Com isso, foi preciso levar em consideração que as discussões têm a cada dia somado mais vozes, que se juntam para propor caminhos e soluções na garantia dos direitos de maneira cada vez mais ampliada. Neste módulo, também, tentaremos o caminho do diálogo buscando validar acordos, mesmo que provisórios, que atendam aos dinâmicos conceitos aqui abordados, considerando que ao longo da história a sociedade passa por mudanças, da mesma maneira que os homens, as mulheres, e os jovens que dela fazem parte também se transformam. Hoje podem ser vistos como gêneros, sujeitos políticos e de direitos, antes eram chamadas de minorias étnica, sexual; hoje atuam em coletivos, como um agente de mobilização quase que um novo ator histórico, o cidadão coletivo, presentes nos movimentos sociais e constituído pelos interesses da coletividade das mais diversas naturezas (Gohn, 1992). Tal formação permite que sejam muito mais visíveis e tenham o próprio movimento como princípio educativo. Uma ação coletiva, muitas vezes ocasiona uma tensão entre estes e os grupos mais conservadores. Orientações de gênero e sexuais se multiplicam, e os esquemas binários (homem e mulher) vêm sendo questionados, seja do ponto de vista da organização social, seja pelas orientações teóricas. Quando às temáticas em questão se soma o pertencimento racial, e estes se cruzam com a juventude, isso requer maior cuidado e atenção, motivo de preocupação social, demográfica e até mesmo epidemiológica. Assim, serão propostas reflexões que auxiliem nas ações educativas que vislumbrem formas de entendimento de como os jovens vivenciam sua condição. Esse florescer de identidades e de direitos é o que merece maior atenção nesse estudo.

As afirmativas aqui expostas vêm procurar entender as articulações das políticas públicas, suas competências em diálogo com as organizações sociais por meio do respaldo teórico. Contando que o que se busca é promoção da cidadania, da valorização da diversidade e ainda compreender a necessidade de se ficar atento/a às populações que vivem em situação de vulnerabilidade. Abrimos assim, o espaço para debate sobre o tema que tem a cada dia maior relevância na agenda educacional.

## Corpo e educação: do padrão às particularidades

O acolhimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo (...). Nessa perspectiva, a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliada e incorporada nos processos de formação dos profissionais para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas. (MEC, 2006, p 37)

Acredito que nenhum/a professor/a discordaria de que a questão da corporeidade é fundamental no ambiente escolar, o corpo do estudante sinaliza o ano em que possivelmente deve estar matriculado (correspondente ou não a sua idade). É o uniforme que identifica o aluno como pertencente à determinada escola e também revela o nível de ensino que está cursando. O uso do uniforme, por vezes, é legitimado pelo Regimento Interno da instituição de ensino ou pelo Conselho Escolar (em muitos casos, o próprio poder público fornece o uniforme), estes confirmam procedimentos que autorizam a obrigatoriedade do uso, uma ação importante e por vezes necessária. O **uniforme** (uniforme - forma única) ou fardamento, tão necessário no ambiente escolar, passa também uma ideia de uniformização que ajuda na administração escolar, que fez parte da ação pedagógica, uma vez que padroniza e realiza, em certa medida, o princípio de igualdade dentro do ambiente escolar.

### Uniforme

O uniforme escolar minimiza a identidade pessoal e destaca a identidade da instituição, suas cores e símbolos. Como destaca o site Brasil Escola: “Os uniformes foram criados para simbolizar as cores, o nome, a tradição e o símbolo da escola, desta forma, os alunos uniformizados deveriam manter um comportamento exemplar e zelar pela imagem das instituições, mesmo fora delas. Entre as décadas de 40 e 70, o uniforme de uma instituição conceituada era um símbolo de aceitação social, sendo o sonho de muitos alunos e pais” In <http://www.brasilecola.com/volta-as-aulas/uniforme-escolar.htm>.

Que tal revermos alguns uniformes escolares ao longo da História do Brasil?  
<http://educacao.uol.com.br/album/2014/02/08/veja-como-eram-os-uniformes-escolares-no-seculo-passado.htm#fotoNav=20..> Acessado em 02 de julho de 2014.

Afinal, todos são iguais, todos devem ser tratados como iguais. Essa visão de mundo norteou (e ainda vem norteando) a cultura escolar por décadas. Tal ideal foi disseminado e vivenciado cotidianamente por grande parte das escolas ao longo do século XX.

Preocupações em torno da construção de sujeitos e de relações entre sujeitos dotados de corpos, gêneros e sexos sempre estiveram presentes no sistema escolar e nas políticas de educação brasileira (ROSEMBERG, 1985 e VIDAL, 2003). Ainda que de maneiras diferentes e frequentemente enviesadas, tais preocupações, tradicionalmente, convergiam (e ainda convergem) no propósito de fazer da escola um espaço de normatização, disciplinamento e ajustamento heteronormativo de corpos, mentes, identidades e sexualidades (MEC, 2009, p.11).

Como isso, muitas vezes se tentou e ainda se tenta, em alguns casos, também, minimizar as diferenças que existem sob o uniforme e também de quem está nele. São esses ideais que por longos anos povoaram a realidade e o imaginário escolar: o aluno/a ideal, padrão. Expandindo, também, a ideia de que o corpo deve ser educado e o desejo deve ser disciplinado, para assim ser inserido na ordem escolar dominante (GONDRA, 2000). Hoje o uniforme pode e deve ser mantido até por razões práticas, econômicas e em alguns casos também de controle e segurança. Por outro lado, quem está sob o uniforme, a diversidade e as particularidades do/a estudante, são atualmente pontos que não podem mais ficar em segundo plano nas escolas.

Hoje, depois de um longo e constante processo de democratização, o que rege o ambiente escolar é exatamente o processo de aceitação e de inclusão. E, em certa medida, a obrigatoriedade da educação básica permite e fundamenta uma escola para todos.

o processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade (MEC, 2009, P.31).

Assim, o cotidiano escolar nos imprime a experiência de lidar a todo instante com a diferença. Diferenças de credo, crenças, valores, étnicas, orientação sexual e etc. O processo formativo hoje pede essa postura reflexiva frente à realidade educacional. Contudo, essa convivência não ocorre sem tensão. Muitas vezes o próprio educador não sabe como lidar com situações de discriminação, seja sexual, seja preconceito racial e de gênero. A capacidade de responder a essa dinâmica exige um posicionamento tanto político como intelectual. Esse é o desafio que temos no ambiente escolar atualmente, criar um ambiente de diálogo e reflexão para pensar a temática das relações de gênero, étnico-

raciais e diversidade sexual. Perceber a discriminação, a desigualdade, muitas vezes requer uma postura e um posicionamento de respeito e de valorização da diversidade. O desafio se faz presente e o interesse pela descoberta e pelo aprendizado é um caminho, este texto serve para auxiliar nesse sentido.

O curso Escola que Protege guarda neste último módulo o tema considerado, dentro dos estudos ligados ao direito, como mais próximo aos direitos humanos.

Acreditamos que atualmente há uma forte percepção de que a cultura de uma maneira geral constrói e define em cada sociedade um padrão de gênero que irá nortear as ações dos seres humanos tanto no âmbito da vida privada como na vida pública. Ou seja, há papéis bem definidos para quem deve se projetar na vida pública e na vida privada, apontando assim ao longo da história, distintos papéis sociais entre homens e mulheres. Mesmo que tenhamos acompanhado mudanças significativas na condição da mulher e de seu papel na sociedade atual, ainda assim há majoritariamente uma participação dos homens em locais de poder no mundo **público**.

### **Público**

Longa é a jornada de luta pelos direitos das mulheres entre ações individuais e coletivas ao longo da história. Mas para quem tem maior interesse em fazer pesquisa na temática, é importante acompanhar o site da ONU: “ONU Mulheres” funde quatro escritórios e agências da ONU: No dia 2 de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU votou por unanimidade a criação de um órgão único da ONU encarregado de acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero e fortalecer a autonomia das mulheres. A nova Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ou ONU Mulheres (In:<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>.Acessado em 10 de setembro de 2014).

O cotidiano escolar tem sido significativo tanto na manutenção de padrões e posturas, quanto nas mudanças destes, lembrando que os papéis implicam em comportamentos, sentimentos e pensamentos que correspondente à determinação social e que é mutável ao longo da vida. Considerando que tanto na infância quanto na adolescência é geralmente quando ocorre a maior parte das escolhas e entendimentos na sua identidade de gênero diante de um processo de socialização no qual a escola aparece como um local privilegiado para reflexão como possibilidade de desnaturalização de papéis.

O processo de socialização na infância e na adolescência é fundamental para a construção da identidade de gênero. E a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs, ao desnaturalizar e desconstruir as diferenças de gênero, questionando as desigualdades daí decorrentes (Secad/MEC, 2007, p.59).

É preciso que a escola abrace a promoção do respeito mútuo, respeito ao diferente e respeito ao igual, para isso é necessário que se enfrente, se fale das diferenças sem preconceito. Muitas vezes uma observação mais atenta das próprias práticas e atitudes poderá permitir ao educador/a rever suas posturas e aproximá-la a uma dimensão articulada sem perder suas especificidades, seja de gênero, sexual ou das relações étnico-raciais.

Fazer reflexão e questionar, também, tem tudo a ver com a postura do adolescente que tem por hábito da idade, contestar, ou mesmo assumir posturas como se fossem definitivas e ocasionalmente passionais. O/as educadores/as lidam com essa postura mutante do adolescente e do jovem, por vezes com os olhos de estranhamento, inicialmente geracional, mas o contato e a experiência podem ajudar a entender melhor como trabalhar as temáticas em questão e a fazer a mediação com e entre os jovens e adolescentes. Mas, certamente, a formação dará fundamento e o instrumental necessários para um melhor entendimento das questões.

A formação deve habilitar à compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira, visando a construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora na superação dos preconceitos e discriminações Étnico-raciais (Parecer CNE/CP n. 03/2004).

Uma forma de desvalorizar é desconhecer. Desse modo, vamos começar agora a pensar e tentar entender as categorias de análise que permitam ter mais elementos para refletir acerca das diversas condições.

Mesmo sabendo do caráter volátil de muitas das categorias a serem estudadas nesse texto, no entanto, é fato que, se as categorias são complexas, a realidade não é menos intrigante, mostrando que as categorias estão entrelaçadas no nosso dia a dia e, por isso, necessitam ser estudadas de maneira integrada e conjunta.

## **Contexto contemporâneo de uma educação democrática em resposta aos movimentos sociais**

Na década de 1980, período que se deu a abertura política no Brasil, é quando se registra o fim do regime militar e o fortalecimento dos movimentos sociais. A partir daí, ocorreu uma crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade das diferenças, e o reconhecimento da escola como um local privilegiado e estratégico na construção de uma educação para a diversidade. Tendo

como foco a garantia de inclusão, a promoção da igualdade e o alerta para a nocividade do preconceito, discriminação e violência.

Importante destacar a luta dos movimentos sociais ao criar um conjunto de estratégias por meio das quais os segmentos populacionais considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que estas sejam tratadas de forma justa e igualitária, exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Nesse sentido, é na escola onde as diferentes presenças se encontram (MEC, 2009, p.14).

Diversas reivindicações de diferentes seguimentos da sociedade civil tinham um caráter de urgência, ecoavam nas escolas e nas políticas públicas que tinham como fim a reforma da educação em diferentes níveis. Afinal, a escola foi por vinte anos aparelhada para servir ao regime militar. Após a abertura política, a escola pública era o alvo preferencial para ações de democratização, que vem sendo feitas ao longo dos anos, ambiente de experimentação de políticas as mais diversas.

Os anos 90 delinearão um novo cenário. A sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não cidadãos que são na prática. Ela tem sido auxiliada pela nova base jurídico-constitucional construída a partir de 1988 com a nova Carta Magna do país (GOHN, 1992, p.08).

É por meio da legislação que fica garantido o direito ao acesso, permanência e sucesso de todo cidadão à educação escolar básica. Uma vez que esta é, seguramente, uma dimensão fundante para a condição de cidadania e, de certa maneira, garante uma maior inserção de todos nos espaços sociais e também político, e ainda possibilita uma maior qualificação para o mundo e para o trabalho. Muitos dos direitos educacionais estão assegurados por meio da Constituição de 1988, da Lei 9394/96 LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e do Plano Nacional de Educação (PNE), pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação.

Diversos documentos relacionados aos Direitos Humanos e às temáticas aqui trabalhadas podem ser encontrados no site: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/estante.html>

A escola de hoje deve se preparar para incorporar uma pauta que foi proposta pelos movimentos sociais, uma educação de qualidade e universal ao mesmo tempo. Assim, para receber esse novo perfil de aluno, é necessário evitar antigas práticas discriminatórias que prejudiquem aquelas populações que historicamente foram excluídas da condição mínima de cidadania. É preciso fazer com que a escola torne-se um canal de inclusão.

Jamil Cury (2005) reitera a necessidade de assegurar a educação escolar como um direito:

A declaração e a efetivação desse direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que, tradicionalmente, reservaram apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. As precárias condições de existência social, os preconceitos, a discriminação racial e a opção por outras prioridades fazem com que tenhamos uma herança pesada de séculos para ser superada (JAMIL CURY, 2005, p.4).

Promover justiça é acolher no espaço da escola todos aqueles estudantes que desejam pertencer a esse local de troca e construção do conhecimento. Esse espaço de encontro deve ter como princípio uma educação de qualidade, mas uma qualidade social:

A qualidade social, conceito originário do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, implica educação com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça, a honestidade, o conhecimento, a autonomia, a liberdade e a ampliação da cidadania (MEC, 2007, p.15).

A proposta de uma educação que se pautar na qualidade social tem como função social a inclusão, a superação das desigualdades, e a valorização das diferentes culturas. A escola se compromete com a formação de cidadãos e também com um modelo de sociedade nos remete a uma proposta de desenvolvimento integrado para o país. Nesse processo os direitos humanos formam o alicerce da educação de qualidade.

## **Aproximações conceituais das relações de gênero, étnico-raciais e diversidade**

Em primeiro lugar, de maneira introdutória, é importante que comecemos esclarecendo os conceitos que compõem o título do presente texto. Faremos uma apresentação dos tais conceitos de um modo panorâmico, com o intuito de mostrar uma

interface com a ação pedagógica no combate à discriminação e pelo fortalecimento do direito e da cidadania.

Através de uma mirada ou olhar rápido para o que é proposto no título, é possível perceber que o tema mais amplo aqui é o de “relações sociais” entre indivíduos humanos. Dentre essas relações travadas por indivíduos ou grupos de indivíduos humanos temos as relações sociais de gênero, as relações sociais étnico-raciais e as relações sociais que envolvem diversidade.

Olhar cada um desses segmentos da sociedade pode revelar um caráter fragmentado da realidade, mas isso não descarta uma tentativa de união dessas temáticas, que muitas vezes são tão diversas no cotidiano.

## Relações de gênero e sexualidade

No que diz respeito às relações de gênero, são aquelas que são estabelecidas entre homens e mulheres, ou seja, tais relações têm como características as diferenças no âmbito sexual entre homens e mulheres. De acordo com Araujo (2005, p. 42),

O termo “gênero”, na sua acepção gramatical, designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas, mas, na forma como vem sendo usado, nas últimas décadas, pela literatura feminista, adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino.

Posto isso, pode-se ver que as relações de gênero deixam de ser entendidas como fruto de uma determinação biológica e passam a ser vistas como um produto cultural. “O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo” (CABRAL e DIAZ, 1998, p. 01). Como tais, podem e são passíveis de reformulações, e é isso que os movimentos feministas, por exemplo, tentam fazer até os dias de hoje, através das lutas por igualdade de direitos frente ao gênero masculino. O termo sexualidade, quer seja do ponto de vista biológico, quer seja do social, geralmente remonta as diferentes maneiras de vivenciar os desejos sexuais, sejam eles heterossexuais, bissexuais ou homossexuais.

O Corpo - Paulinho Moska

Meu corpo tem cinquenta braços

E ninguém vê porque só usa dois olhos

Meu corpo é um grande grito

E ninguém ouve porque não dá ouvidos

Meu corpo sabe que não é dele

Tudo aquilo que não pode tocar

Mas meu corpo quer ser igual àquele

Que por sua vez também já está cansado de não mudar

Meu corpo vai quebrar as formas

Se libertar dos muros da prisão

Meu corpo vai queimar as normas

E flutuar no espaço sem razão

Meu corpo vive, e depois morre

E tudo isso é culpa de um coração

Mas meu corpo não pode mais ser assim

Do jeito que ficou após sua educação.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=KeA6mHWs9b8>

Onde posso encontrar mais:

Café Filosófico:

Novas Formas de Sexualidades

<http://www.youtube.com/watch?v=IMloJGRI5sc>

O que pode o corpo ?

<https://www.youtube.com/watch?v=oE3aoW2xp4w>

Quem tem Direito aos Direitos Humanos ?

<http://www.youtube.com/watch?v=unnWjhgfYU>

Pensar o corpo é poder leva-lo à sua dimensão simbólica, ou seja, pensar como representamos ou como vivemos o nosso corpo ou nossa corporeidade revela muito mais do universo cultural que do universo biológico.

Uma figura emblemática para o feminismo é a filósofa Simone de Beauvoir, que escreveu o livro O Segundo Sexo. É dela a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Na década de 1990 os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) já apontavam para a necessidade de considerar a Igualdade de direitos um dos princípios fundamentais da educação básica:

A igualdade de direitos – Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade de exercício da cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero...) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada (MEC,1998 p.21).

Nos temas transversais do PCNs, a questão do gênero se dá pela diferença, pelo tratamento diferenciado entre meninos e meninas, baseados em padrões sociais e culturais, que se respaldam em diferenças biológicas, e também sexuais. Esses elementos juntos constituem referências que levam formação da identidade do indivíduo.

O respeito às diferenças faz parte de uma educação cidadã, uma educação que tenha o foco no gênero e na diversidade, pede uma postura crítica no que se refere à tendência de naturalização da diferença, e que a ação social e política acabam se inscrevendo nos copos.

As sociedades também estão em fluxo contínuo, produzindo a cada geração novas ideias, novos estilos, novas identidades, novos valores e novas práticas sociais (MEC, 2007, p.15).

São os movimentos sociais em diálogo sobre a educação formal que mais uma vez contribui para a inserção de temáticas fundamentais na escola. Um dos termos que fomentam essa interlocução é o de empoderamento. Essa expressão se baseia na categoria “empowerment” que pode se referir tanto ao processo de mobilização como das práticas destinadas a promover e estimular os grupos, ou comunidades, a ter autonomia, poder e progresso com melhoria gradual, tanto no que se refere ao poder econômico e material quanto à valorização do humano. Outra forma de entendimento é simplesmente a integração dos excluídos, carentes de todos os bens, onde as ações são muitas vezes organizadas em ONGs que são instituídas para facilitar o contato, mediar as relações entre os órgãos públicos e a sociedade civil.

No caso das mulheres, o empoderamento também remete a uma igualdade de gênero e de melhores condições sociais. Um desafio de promover mudanças da condição de dominação dos homens, dos privilégios que se baseiam no gênero, busca-se autonomia, nos corpos e na **sexualidade** .

No processo de reconhecimento e do empoderamento são apontado sete princípios que norteiam o caminho dessa conquista:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho.
3. Garantir saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas à comunidade e ao ativismo social.
6. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Fonte: [http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=29254](http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=29254).

É no cotidiano, nas práticas de rotina, nos gestos e palavras, no que é “natural”, que é preciso ficar atento ao conteúdo e também à forma como se ensina. É por meio dos sentidos, das sutilezas, das asperezas e da desfaçatez que se percebe o sexismo, o racismo, o etnocentrismo; são palavras e sons que dão o tom do tratamento e do entendimento. Assim, no ambiente escolar se aprende também a ouvir, silenciar, a falar. Nesse processo, uma educação pelos sentidos, e a linguagem tem um papel preponderante.

A compreensão e a identificação de meninos ou meninas por uma categoria denominada de gênero já foi estudado pela identificação do biológico e da genitália. No entanto, mais recentemente passou a ser compreendida como construída socialmente e historicamente. O caminho para esse entendimento é o “doing gender” – Fazendo gênero – Expressão que implica numa identificação que é socialmente construída - É uma rotina, é um “fazer” cotidiano. Compreensão apresentada pelos autores Candance West e Don H. Zimmermann (BUSS-SIMÃO, 2013, p.941).

Quando pensamos a questão de gênero numa população jovem, é prioritário atentar para a iniciação sexual que, em alguns casos, está na contra mão do processo de autonomia e de empoderamento, e pode ser considerado um problema de saúde pública. É a gravidez na adolescência. Não se pode esquecer, no que se refere a jovem adolescente, a maternidade pode ocasionar prejuízo tanto no seu crescimento pessoal e profissional, tais como: abandono escolar, o que leva a um baixo nível de escolaridade, a repetição de um modelo familiar que tem como mãe uma jovem adolescente.

O início da vida sexual precoce e o uso inadequado dos métodos contraceptivos são alguns elementos que podem levar à gravidez na adolescência, e esta muitas vezes leva a uma maior desigualdade de gênero, pois reduz a autonomia da mulher. Somado a isso, dados da situação socioeconômica e de escolaridade influenciam nessa condição (Chacham, 2012, p.404).

Chacham (2012, p. 402) nos lembra a necessidade de pensar caminhos para aquelas jovens que já passaram pela experiência da gravidez na adolescência possam retornar ao ambiente escolar. Para tanto, é preciso que a escola implemente ações que discutam a desigualdade de gênero na família e nas diferentes relações afetivas, e o impacto sobre a vida das mesmas. Juntamente a isso, seria importante desenvolver estratégias para coibir e punir a violência de gênero.

Para não esquecer:

Não podemos perder de vista a compreensão de que sexualidade e gênero são dimensões diferentes e integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme valores sociais vigentes em cada época (MEC, p. 46, 2007).

No tocante a sexualidade, esta muitas vezes vem colada à questão de gênero. Segundo a antropóloga Miram Grossi (s/d) alerta, o movimento feminista afirma a necessidade de separar as problemáticas da identidade de gênero e a sexualidade, lembrando que essa última é marcada pela escolha do objeto de desejo.

Gênero é tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, nenhum indivíduo existe sem relações sociais. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. É claro que podemos modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Por isso que o gênero é mutável (Grossi, s/d, p.5).

Papeis de gênero: Tudo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura, esse é o papel de gênero, estes mudam de acordo com a cultura. Identidade de gênero – É um aspecto mais complexo, pois implica numa constituição do sentimento individual de identidade. Sendo assim, uma categoria que permite pensar o lugar o indivíduo no interior de uma cultura determinada e que a sexualidade é um conceito contemporâneo para descrever o campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.

Nesse turbilhão que se apresenta a sexualidade da vida adulta, é possível se enfrentar dificuldade de entender como conhecer, como entender e como aceitar, outras orientações no que se refere a

sexualidade. Mas Foucault chama atenção para relação saber-poder presente na própria sexualidade, como uma série de leis e regras e convenções linguísticas, religiosas, morais, jurídicas e científicas que levam a orientações sexuais (...) e condicionamentos que afetam a relação com o outro e consigo mesmo (GROSSI, s/d, p.8).

Cabe aqui lembrar que uma das condições mais vulneráveis nas relações sexuais é a que o senso comum chama de homossexualidade, que historicamente passou de pecado, crime, à doença, e denominações como sodomia, pederastia, **homossexualismo** e hoje perpassa da opção para orientação. Também hoje o termo mais aceito é homoafetivo. Todo esse processo de mudança é resultado de muitos anos de luta pelo reconhecimento dessa condição humana, que foi amplamente discutido nos movimentos **GLBTs** na busca de garantias como a união civil estável, a criminalização da homofobia, e a autorização de adoção por casais do mesmo sexo, que surgem como atuais demandas de diversos grupos organizados. No percurso do direito e garantias no Brasil, segundo Carrara (2010, p. 134), o legislativo é muito mais lento para aprovar questões referentes a essa população, ao contrário da justiça que vem atendendo de modo mais ágil direitos que antes haviam sido negados.

### **Homossexualismo**

É Jurandir da Costa Freire que nos fala sobre a mudança do uso do termo homossexualismo: “Homossexualismo é uma palavra que sublinha a imagem de relação sexual “normal” vs. “anormal”, criada no século 19 com o interesse de afirmar um modo de vida burguês centrado na ideia de família, na ideia de que o homem deveria viver exclusivamente para a esfera privada e ser pai de família, deixando a vida pública para os técnicos, os competentes. O mesmo valia para a mulher, que deveria aprender, sobretudo e principalmente, a só saber e a só querer ser mãe. Além disso, a sacralização desse comportamento pressupunha o desempenho sexual hetero-erótico, e pretendia afirmar dois valores: primeiro, a superioridade das classes burguesas sobre as classes populares, associando a estas últimas as formas de sexualidade tidas como “inferiores” ou “promíscuas”, em relação à sexualidade enquadrada na formação familiar - casamento e filhos. Em segundo lugar, essa valorização procurava diferenciar o europeu branco colonizador das práticas dos colonizados, considerados racial e culturalmente inferiores. Todo o debate médico e higiênico sobre o homossexualismo no século 19 tinha como argumento básico a ideia de que o instinto sexual humano evoluiu, de tal modo que sua perfeição é encontrada no comportamento burguês e familiar, e todas as outras variações são consideradas desvios e ilustradas pela conduta sexual da plebe ou das “raças inferiores”. Isso se encontra em qualquer manual de sexologia do século passado” in: (<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/sociedade-entrevista-jurandir-freire-costa-> ).

**GLBTs**

Sobre O Estado brasileiro e o Movimento LBGT In: Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo Sérgio Carrara, Revista Bagoas, UFRN, v5 2010 [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08\\_carrara.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf)

Quer saber mais:

Artigos acadêmicos que ajudam nos estudos sobre gênero e sexualidade:

<http://www.sertao.ufg.br/pages/1253-artigos>

O tempo e a alteridade são dois critérios fundamentais para se entender as relações de gênero e sexualidade: o tempo por fundamentar as ações tanto do passado como do presente; e a alteridade (ou construir-se no outro) indica que toda noção de gênero é relacional: o feminino é algo em relação ao masculino e vice-versa. Lembrando que o outro é identificação e alteridade, que se compõem (Hermann, 2014, p. 480).

Não podemos esconder de nós mesmos o quão duro e o quão imprescindível é que vivamos em diálogo. Não buscamos o diálogo apenas para compreender melhor os outros. Ao contrário, nós mesmos é que somos mais ameaçados pelo enrijecimento de nossos conceitos ao quisermos dizer alguma coisa e ao buscarmos o acolhimento do outro. O problema não está em não compreendermos o outro, mas em não nos compreendermos. Precisamente quando buscamos compreender o outro, fazemos a experiência [...] pela qual precisamos romper uma resistência em nós, se quisermos ouvir o outro enquanto outro. Essa é, então, uma radical determinação fundamental de toda a existência humana e ela domina até mesmo a assim chamada autocompreensão (GADAMER, 1999, p. 70, APUD, HERMANN, p.490).

Seja lá quem for o outro, é preciso repensar a nossa própria condição, e dar uma chance ao diálogo, à singularidade do outro. Para tanto, é necessário sairmos do nosso castelo de certezas e derrubar nossos muros formados muitas vezes por preconceitos e intolerância. Tal movimento e tal reflexão são fundamentais para uma ação pedagógica mais inclusiva e também para a compreensão do que somos.

## Relações Étnico-raciais

Quanto ao conceito de “relações étnico-raciais”, a primeira vista, pode-se dizer que faz referência às relações sociais travadas entre grupos sociais que possuem aparentes

diferenças de características biológicas e culturais. Porém, para que tenhamos uma noção mais clara do que se quer dizer com “relações étnico-raciais”, propomos uma breve análise dos termos “etnia” e “raça”.

O termo “raça”, em comparação ao termo “etnia”, foi o primeiro a ser utilizado para tentativas de diferenciação entre grupos sociais, por isso começaremos por ele. “Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ration*, que significa sorte, categoria, espécie” (MUNANGA, 2004, p.17).

De quando começou a ser utilizado para diferenciar grupos sociais até algum tempo atrás, o termo “raça” sofreu algumas mudanças. Foi, inicialmente, utilizado na Zoologia e botânica para classificar espécies animais e vegetais. Depois, passou a ser utilizado também para classificar grupos humanos por meio de semelhanças de características físicas.

Em outro momento, o termo começou a ser usado para outro tipo de classificação, a saber, a classificação de classes sociais. Nesse caso, mesmo tendo características físicas semelhantes, alguns indivíduos poderiam pertencer a raças diferentes, já que o critério era a classe e não características físicas. Um bom exemplo disso é o que ocorreu na França dos séculos XVI/XVII, quando os Francos (nobreza) passaram a considerarem-se como uma raça diferente da dos Gauleses (plebe) (cf. MUNANGA, 2004, p. 17).

No tocante ao critério por características físicas, no século XVII, a cor da pele passou a ser o critério específico de demarcação racial. No século XIX, acrescentou-se à cor da pele critérios morfológicos, ou seja, acrescentou-se o formato do nariz, lábios, queixo, crânio, etc... No século XX, foram acrescentados elementos químicos presentes no sangue. Tudo isso, numa tentativa de estabelecer com precisão as tais **diferenças raciais**. Contudo, através dos avanços obtidos pela genética humana, e por meio das mais diversas combinações possíveis de critérios de demarcação racial, o que ficou patente ou evidenciado, cientificamente falando, foi que não há diferença de raças. Como afirma Munanga (2004, pp. 20-21), as pesquisas mostraram que:

os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes a raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito alias cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

**Diferenças raciais**

Para um panorama histórico mais aprofundado, ver MUNANGA, 2003, o qual foi tomado aqui como base.

Quando foram empreendidas as malogradas tentativas de diferenciação ou classificação racial, o maior problema não residiu no fato de não haver “raças”. O problema maior se deu quando fizeram uma hierarquização das supostas raças. Ao idealizar uma raça como sendo melhor ou superior a uma outra, surgiram daí todos os problemas herdados pela humanidade até os dias de hoje decorrentes daquilo que chamamos “racismo”. O conceito de raça perdeu força, mas o racismo continua. Portanto, o máximo de cuidado não é excessivo quando se trata do uso do termo ou conceito “raça”.

Mais recente, o termo “etnia”, como afirma Munanga (2004, pp. 28-29), diz respeito “a um conjunto de indivíduos que, histórica e mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”. Dessa maneira, podemos perceber que o que conta mais como critério para o termo etnia, de um modo geral, são os aspectos culturais de um determinado grupo social.

Longe de se pretender atestar sua precisão absoluta, grosso modo, o conceito “étnico-racial”, pode-se dizer, designa grupos sociais, sendo utilizado, para tanto, critérios de características físicas e culturais de um determinado grupo social. Além dos aspectos físicos aparentes de um determinado grupo social, em termos étnico-raciais, devemos considerar aspectos culturais que são compartilhados pelos indivíduos, tais como religião, comportamento, visão de mundo, costumes, etc. Posto isso, as relações étnico-raciais são aquelas exercidas entre grupos sociais diferentes nos aspectos os quais nos referimos acima.

No entanto, os projetos ligados à educação, segundo o próprio MEC (Ministério da Educação), recomendam:

Sabe-se hoje que há correlação entre pertencimento etnicorracial e sucesso escolar, indicando portanto que é necessária firme determinação para que a diversidade cultural brasileira passe a integrar o ideário educacional não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e maior valorização dessa diversidade no ambiente escolar (MEC, 2008 p. 13.).

Vejamos, também, qual o sentido que o conceito “diversidade” adquire no contexto das relações sociais entre indivíduos humanos. Para tanto, começaremos pegando de empréstimo as palavras de Konzen (2012, p. 41) com o intuito iniciarmos com uma definição puramente conceitual e geral do que vem a ser “diversidade”. Diz ele:

O termo diversidade (Verschiedenheit [alemão]; Diversity [inglês], Diversité [francês], Diversità [italiano], etc.) designa, normalmente, a qualidade ou a condição do que é diverso, as características ou elementos diversos entre si, que existem sobre um assunto, ambiente, etc. Afirma-se que há, por exemplo, atualmente, uma diversidade de opiniões ou pontos de vista, diversidade de costumes, hábitos, comportamentos, crenças e valores, uma diversidade sexual, a diversidade biológica ou a biodiversidade, etc. Enfim, diversos sentidos sobre diversidade.

Se observarmos bem, ao menos a primeira vista, o termo diversidade possui pelos menos dois níveis de significação. Podemos usar o termo para nos referir a duas coisas que são diversas entre si, ao descrevermos uma situação de relação binária. Em tal situação a extensão do termo “diversidade” não tem um caráter geral ou amplo. A extensão do referido termo, nesse caso, fica restrita a apenas dois elementos que estão em uma relação de diferença. Contudo – o que não é difícil de perceber – podemos usar “diversidade” num sentido muito mais amplo ou geral para descrevermos as relações que são estabelecidas entre vários elementos ou grupos de elementos que possuem diferenças entre si.

Ainda sobre diversidade e identidade, Stuart Hall (2003) chama atenção para o movimento de migração, o que ele denomina diáspora, termo que teve origem no movimento de migração dos judeus, primeiro na antiguidade e depois no Holocausto, que ele compara, pela barbárie, à escravidão negra. Quando um povo sai de seu lugar de origem e se dirige a outro, com destaque aos que fizeram esse movimento de certa maneira de forma compulsória, como a população negra no período da escravidão e do resto de movimentos posteriores que derivam dele. Destaca o autor que observar essa condição diaspórica ajuda no entendimento de que as categorias identidade e diversidade estão sempre entrelaçadas. Baseado nos estudos culturais, o que compõe a identidade está num caldeirão misturado pela dinâmica dos tempos atuais, pois como não existe tempo e lugar estanques (Harvey, 1992), a identidade também se faz no terreno dinâmico. Desse modo, identidade, para Hall (2003) é um lugar que se assume, uma costura que se faz entre a posição e o contexto, esse entendimento mergulha a identidade numa dinâmica de tempo e lugar que a afasta da essência e da substância. Ou seja, na situação da diáspora as identidades são múltiplas. E convergem as categorias, identidade, diferença e pertencimento.

Quando queremos pensar a cultura e o pertencimento é preciso pensar não apenas um movimento de redescoberta ou uma viagem de retorno:

Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem por nós, mas daquilo que nós fazemos de nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma abalada estão em nossa fr-

ente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão ontológica, de ser, mas de se tornar (HALL, 2003, pag. 44).

Assim, a atenção dada às questões étnico-raciais está estritamente ligada a olhar o passado com os olhos do presente, e o presente precisa ser afirmativo, pois desse modo, ajuda na compreensão de povos que foram historicamente subjugados, como os povos indígenas e a população de origem africana, que tem importantes contribuições na constituição e na formação da sociedade brasileira.

Castells (2000) também considera a identidade uma categoria dinâmica e relacional, que se constrói nas relações, que sempre implicam relações de poder. O referido autor propõe que na sociedade em que vivemos existem três tipos de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto. A que melhor expressa população negra e as relações étnico-raciais é a identidade de projeto, por compreender que ela se conquista nas ações cotidianas.

Nesse sentido, a educação para as relações étnico-raciais implica num contínuo aprendizado e numa conquista construída no dia a dia.

Todo o aparato jurídico, no que se refere à educação formal que tenta atender as populações historicamente excluídas, convergem para a compreensão de que nossa sociedade precisa reconhecer a importância dessas populações na nossa formação social, como é o caso de da Lei 10.639 e da posterior Lei 11.645:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Lei 11.645 de março de 2008. in: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)) .

A Lei acima descrita segue um forte momento de reconhecimento. Por outro lado, sabemos que a realidade se mostra como desafio constante para que seja possível avançar na garantia de direito de saber e de conhecer os diferentes aspectos desses povos.

O desafio que se põe como uma proposta que visa alertar, construir e também divulgar concepções e pressupostos que promovam uma compreensão diferente do nosso passado numa visão emancipadora e também antirracista. É preciso tentar despertar esperança por meio do passado e reconstruir valores que nos permitam uma sociedade mais igualitária que a todo instante auxiliem na possibilidade e organização

de relações humana-sociais considerando as diferenças e as semelhanças. Para tanto, será necessário, sempre, construir caminhos pautados no diálogo, para que se possa oportunizar a garantia da cidadania para todos. A escola, nesse momento, tem um papel fundamental na reconstrução do imaginário e também das representações coletivas dos diferentes, como um dos mais importantes processos educativos.

## **Identidade e alteridade: Etnocentrismo; estereótipos e preconceitos**

O Ambiente da escola é, em princípio, um ambiente educativo, onde é possível perceber práticas que possibilitam uma socialização, que permita um exercício tanto de combate a discriminação quanto aplicação de uma educação para os direitos humanos e que fortaleçam a cidadania. Pontos de que remetem a qualidade de uma educação:

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual a sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a indivisibilidade também são considerados atitudes, também se constituem em discriminação.” (MEC, pag. 27, 2005).

Não podemos perder de vista que os recursos didáticos, assim como o próprio currículo dizem respeito às escolhas e visão de mundo. Desse modo, expressam valores e entendimento sobre o que está sendo abordado.

O Programa Direitos Humanos alerta para o perigo da prática preconceituosa e discriminatória, pois não se nasce preconceituoso. Essa postura é construída ao longo dos anos, com os pares, em casa, no trabalho e na escola. Ciente dessa condição, o referido programa considera o preconceito uma atitude, um fenômeno, que acontece entre grupos, a predisposição à hostilidade contra alguém que pertence a algum grupo. A discriminação supervaloriza determinadas culturas frente a outras, e dá ao dominador a ideia de que é naturalmente melhor que os outros. Tal postura representa uma clara violação aos direitos humanos. Posturas como essas devem ser repelidas de uma vez por todas, tanto das escolas, como dos materiais didáticos.

A dinâmica entre a universalidade e a particularidade, no que se refere aos direitos humanos, nos leva a pensar que somos iguais na humanidade, mas diferentes na nossa individualidade. Assim, vamos aprender a exercitar e respeitar aquilo que nos distingue, e nos leva a pensar que é preciso considerar as particularidades, ou seja, também, as

diferenças. Caso tentemos impor nossa concepção de direitos humanos, isso pode nos levar a uma postura etnocêntrica.

Etnocentrismo consiste em julgar o outro com os nossos olhos e nossas regras. A partir daí considerar atitudes certas e erradas, normal e anormal, também no ambiente escolar. Etnocêntrico no dicionário é descrito como um conceito da antropologia que exprime a “visão de mundo característica de quem considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais” (HOUAISS, 2001, p.1972).

Não se propõe mudar o foco etnocêntrico da raiz de uma história que foi majoritariamente europeia por um foco africano, mas, de fato, ampliar o foco no caso da educação escolar, dinamizar os currículos para uma maior diversidade cultural, racial e econômica brasileira.

Com o intuito de repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas nas escolas (MEC, 2005, p.17).

Num país como o Brasil, que já vem ao longo dos anos propondo e implementando políticas de promoção de igualdades, é preciso no dia a dia repensar a prática, e o desafio se faz ao tentar criar condições que permitam a inserção da diversidade cultural, de gênero e a equidade social no cotidiano das escolas também nas salas de aula, como uma forma de auxiliar não só no acesso, mas também na permanência de populações que vem historicamente sendo excluídas do sistema de educacional.

E nós professores, até que ponto estamos preparados para recebê-los, conviver com perfis de jovens tão diferentes? Como não há uma resposta para essa pergunta, o curso Escola que Protege tentou oportunizar por meio de textos, fóruns, de amplas discussões envolvendo a universidade e seus profissionais com larga experiência no estudo de temas ligados à infância e à juventude, no sentido de dar aportes teórico à dinâmica da discussões, à aproximação e escuta nos encontros presenciais e respaldo da oficinas de formação.

Muitos são os caminhos para possibilidade de solução dos problemas encontrados no cotidiano escolar e tantos outros são os desafios que ora são encontrados, ora são produzidos no interior da escola. Cabe a cada um agora, ao final do curso, responder a esses desafios da maneira mais assertiva possível, levando em consideração o universo e o público com que trabalha e as horas que dedicou a esse curso num intuito de potencializar as suas reflexões e encontrar novos caminhos para a sua prática. Assim, não se pode perder de vista que cada ação pedagógica, como o nome já diz, é pedagógica onde se ensina e se aprende algo. Desse modo, está carregada de intencionalidade para pensar o seu cotidiano, sua relação com o outro e construir as condições necessárias para uma educação democrática e cidadã.

### **Sugestões:**

#### **Questão da Mulher:**

Filme: Persépolis – A história de uma garota iraniana que sonha em se tornar uma profetisa para poder salvar o mundo. Ela acompanha o que ocorre a sua volta, quando tem início a “República Islâmica” com um forte controle sobre as pessoas. Isso incentiva Marjane a se tornar uma revolucionária. Duração 1:35 mim . Direção: Marjane Satrapi, Vincent Paronnaud; 2008.(fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-110204/>).

Filme: Juno - Este filme fala-nos da gravidez na adolescência. Uma jovem menina chamada Juno (Ellen Page), com apenas 16 anos engravidada do seu companheiro de classe Bleeker. Porém, Juno, desiste da ideia de fazer um aborto. Com a ajuda dos seus familiares e da sua melhor amiga, Juno procura um jovem casal que seja perfeito para criar o seu filho... e ultrapassa várias situações muitíssimo delicadas e incomuns para a sua idade e maturidade. Esta encontra Vanessa e Mark, um jovem casal que pretende adotar o seu primeiro filho. (Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Juno\\_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Juno_(filme))).

#### **Questão da Homofobia e Homoafetividade**

Filme: MILK – A voz da igualdade - Milk busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. O filme mostra como ele se tornou o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos. Duração: 2 horas. Direção: Gus Van Sant; 2009 (Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-130781/>)

#### **Jovens e o afeto:**

O Contador de Histórias - Anos 70. Aos 6 anos Roberto Carlos Ramos (Marco Ribeiro) foi escolhido por sua mãe (Jú Colombo) para ser interno em uma instituição oficial que, segundo apregoava a propaganda, visava a formação de crianças em médicos, advogados e engenheiros. Entretanto a realidade era bem diferente, o que fez com que Roberto aprendesse as regras de sobrevivência no local. Pouco depois de completar 7 anos ele é transferido, passando a conviver com crianças até 14 anos. Aos 13 anos, ainda analfabeto, Roberto tem contato com as drogas e já acumula mais de 100 tentativas de fuga. Considerado irrecuperável por muitos, Roberto recebe a visita da psicóloga francesa Margherit Duvas (Maria de Medeiros). Tratando-o com respeito, ela inicia o processo de recuperação e aprendizagem de Roberto (Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-188539/>)

Cá entre nós. Guia de educação Integral em sexualidade entre jovens. Prefeitura de São Paulo, Secretaria de Educação, 2012. Pode ser encontrado:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002170/217096por.pdf>

Questão Racial

Filme: Vista minha pele- As questões raciais que são relatadas ocorrem no ambiente escolar e no ambiente familiar, isso nos permite pensar sobre nossa própria realidade, como tratamos os outros. (<https://cinemahistoriaeducacao.wordpress.com/cinema-e-historia/historia-da-africa/vista-minha-pele/>).

A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir - Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo. Fonte: <http://www.acordacultura.org.br/kit>

No portal de curtas é possível encontrar vários curtas, apontando jovens em situação de risco, que podem ser trabalhados em sala de aula, também acompanha no mesmo link algumas sugestões de plano de aula para trabalhar com os filmes. <http://www.curtanaescola.org.br/>.

CEERT –Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Experiências escolares (que foram premiadas) envolvendo a questão racial <http://www.ceert.org.br/>

Coleção: História Geral da África (8 volumes) UNESCO. Pode ser lida e copiada: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general\\_history\\_of\\_africa\\_collection\\_in\\_portuguese-1/#.VMHhrUfF-VAVis](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.VMHhrUfF-VAVis)

## Conclusão

Foi proposto neste módulo o entendimento das relações étnico-raciais no Brasil, nos aspectos histórico, conceitual e político, sabendo que toda essa discussão faz parte do processo de constituição da cidadania e em seus diferentes aspectos. Foi dado destaque para a questão do direito como interface para entender a condição de gênero, étnico-racial e a diversidade sexual na sociedade atual, tendo como foco o trabalho desenvolvido no ambiente escolar.

Por meio do Curso de Especialização “A Escola que Protege”, buscou-se promover um conhecimento qualificado dos diversos atores sociais que, de forma mais direta e intensa, estão em condições de promover os direitos e garantias das crianças e adolescentes no Brasil. E os profissionais da educação estão entre eles, por estarem num ambiente privilegiado tanto no que diz respeito a formação como na constituição de identidades, pelo contato constante com os diversos princípios educativos e os diferentes jovens que ali passam. Com novo marco jurídico-político inaugurado pelo ECA, seguido pelos mais específicos ligados a educação formal, vão sendo estabelecidos valores e princípios enfeixados no ideário da proteção integral. Assim, impõe-se que crianças e adolescentes passem a ser vistos como cidadãos cuja plenitude do exercício dessa condição depende de outras pessoas (os adultos); que merecem prioridade absoluta, tendo em vista que são pessoas em peculiar desenvolvimento físico, psicológico e moral.

## Resumo

Muitos são os caminhos para se chegar ao reconhecimento da importância das relações étnico-raciais e de gênero no ambiente escolar, maiores ainda são os desafios que se enfrenta para se trabalhar com essas temáticas, seja na sala da aula, seja em outros ambientes da escola. Vimos que o conhecimento de categorias e conceitos é fundamental para uma maior compreensão para lidar com os acontecimentos cotidianos e que requerem um maior preparo, muitas vezes devido a sua complexidade. Afinal, as questões de gênero, raça/etnia ou orientação sexual, ou a sua junção, muitas vezes levam à práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Este módulo tentou apresentar reflexões que ajudassem na condução de um melhor entendimento de possíveis particularidades e ações dos jovens, adolescentes e da criança, levando em consideração à sua cultura, corporeidade, estética e presença no mundo, e com isso construir o caminho de entendimento e respeito, considerando isso como um caminho para a implementação dos direitos humanos. Nessa perspectiva, lembramos que a dimensão do cuidar e do educar deve ser ampliada e incorporada nos processos de formação dos educadores para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas.

## Atividades Propostas

1. Nesse momento do curso, você já deve ter definido qual será sua atividade ou plano de ação de final do curso. Para não perder o foco da sua proposta (tema e problema) sugerimos (como atividade deste módulo) que você elabore o centro de sua proposta de pesquisa, uma ação com recorte racial ou de gênero, considerando o universo que você escolheu para seu trabalho final de curso. É preciso que faça uma justificativa para acrescentar ao referido recorte em seu trabalho.

Para ajudar nessa inserção sugerimos alguns links sobre as temáticas e a educação.

Links: <http://www.ceert.org.br/> ; <http://www.sertao.ufg.br/> ;

A proposta pode ser: uma intervenção, um diagnóstico, uma sensibilização, um evento ou mesmo um plano de aula (introdução/tema/público alvo; problematização; fundamentação teórica; metodologia; critérios de avaliação/ bibliografia).

Este é último módulo do curso, agora toda sua energia e atenção deverão estar voltadas para elaboração do trabalho final. Contamos com seu empenho e esperamos que este texto tenha lhe ajudado a pensar formas para você realizar essa atividade.

## Referências

ANDRADE, Maria Celeste de Moura e CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. Escola e gênero: corpos femininos educados. Revista Evidência (Olhares e pesquisa em saberes educacionais), Vol. 6, nº 6 (2010). In: <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/209/195>, acessado em 02 de setembro 2014.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. Psic. Clin., Rio de Janeiro, V. 17, n.2, p. 41 – 52, 2005.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm) . Acessado em agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Contribuições Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para Educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. In: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13788%3Adiversidade-etnico-racial&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13788%3Adiversidade-etnico-racial&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=913). Acessado em setembro de 2014.

BUSS-SIMÃO, Marcia. **Relações sociais em um contexto de educação infantil: Um olhar sobre a dimensão corporal na perspectiva de crianças pequenas.**

Tese de doutorado. Florianópolis, SC, 2012.

CABRAL, F.; DIAZ, M. Relações de gênero. In: **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: Um novo olhar.** Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142 – 150. <[http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes\\_Genero.pdf](http://www.adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf)>. Data de acesso: 01\07\2014.

CEPESC/MEC; Rio de Janeiro – Brasília. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009, SPM, 2009.

CARRARA, Sergio. O Estado brasileiro e o Movimento LBGT In: **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo** Sérgio Carrara, Revista Bagoas, UFRN, v5 2010 [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08\\_carrara.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf)

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 2000.

Dias, Margarita e CABRAL, Francisco. Relações de Gênero. <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/genero-1>. Acessado em setembro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política.** Organização e seleção de textos de Manuel de Barros da Motta, RJ, Forense Universitária, 2ª edição, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação.** Vol. 16, n. 47 maio-agosto. 2011. ANPED. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em outubro de 2014

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo, Cortez, 1992.

GONDRA, José G. Higiene e cultura escolar. In: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0350.pdf> . Acessado em setembro de 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e sexualidade. S/D. In: [http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf) acessado em 05 de setembro de 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo, ed. Loyola, 1992.

HERMANN, Nadja. **A questão do outro e o diálogo.** Revista Brasileira de Educação, v.19, n.57, abril-junho 2014. Acessado em setembro de 2014. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n57/v19n57a11.pdf>

HOUAISS. **Dicionário de Língua Portuguesa.** São Paulo, Objetiva. 2001.

JAMIL CURY, Carlos Roberto. **Políticas Inclusivas e compensatórias na Educação Básica.** Cadernos de Pesquisa, v.35, n. 124, jan-abril 2005.

KOZEN, Paulo Roberto. O conceito de diversidade (Verschiedenheit) na ciência da lógica e na Filosofia do Direito de Hegel. In: REH- Revista Eletrônica Estudos Hegelianos. Julho/Dezembro de 2012, n. 17, vol. 01, pp. 39-60. Disponível em: [http://www.hegelbrasil.org/Reh\\_17\\_04.pdf](http://www.hegelbrasil.org/Reh_17_04.pdf). Acessado em outubro de 2014.

MEC/SECAD. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília; SECAD, 2006.

MEC/CEPESC. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

MEC (Ministério da Educação). Grupo de Trabalho Interministerial. Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana –Lei 10639/2003. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>. Acessado em setembro de 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Cadernos PENESB 5. Niteroi RJ.: EdUFF, 2004, pp. 17-34

## Glossário

**Discriminar:** ação de discriminar, tratar diferente, anular, tornar invisível, excluir, marginalizar.

**Alteridade:** ou “outridade” é a concepção de que todos os indivíduos interagem e criam relações de interdependência com outros indivíduos.

**Etnocentrismo:** termo forjado pela Antropologia para descrever o sentimento genérico das pessoas que preferem o modo de vida do seu próprio grupo social ou cultural ao de outros. O termo, em princípio, não descreve, portanto, necessariamente, atitudes negativas com relação aos outros, mas uma visão de mundo para a qual o centro de todos os valores é o próprio grupo ao qual o indivíduo pertence. Como, porém, nesta perspectiva, todos os outros grupos ou atitudes individuais são avaliados a partir dos valores do seu próprio grupo, isso pode gerar posições ou ações de intolerância.

**Estereótipo:** consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a estas características e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados. É uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e o lugar de incapaz no caso dos estereótipos negativos.

**Estigma:** marca, rótulo atribuídos a pessoas e grupos, seja por pertencerem a determinada classe social, por sua identidade de gênero, por sua cor/raça/etnia. O estigma é sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo. Os estigmas

decorrem de preconceitos e ao mesmo tempo os alimentam, cristalizando pensamentos e expectativas com relação a indivíduos e grupos.

**Biologizar:** explicar desigualdades construídas socialmente, a partir das características físicas dos indivíduos, ou seja, por sua identidade de gênero ou pertencimento a um determinado grupo racial-étnico.

**Raça:** do ponto de vista científico não existem raças humanas; há apenas uma raça humana. No entanto, do ponto de vista social e político é possível (e necessário) reconhecer a existência do racismo enquanto atitude. Assim, só há sentido usar o termo “raça” numa sociedade racializada, marcada pelo racismo.

**Racismo:** doutrina que afirma não só a existência das raças, mas também a superioridade natural e, portanto, hereditária, de umas sobre as outras. A atitude racista, por sua vez, é aquela que atribui qualidades aos indivíduos ou grupos conforme o seu suposto pertencimento biológico a uma dessas diferentes raças e, portanto, conforme as suas supostas qualidades ou defeitos inatos e hereditários. Assim, o racismo não é apenas uma reação ao outro, mas uma forma de subordinação do outro.

**Movimento LGBT:** No conjunto das conquistas político-sociais da atuação do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), se enquadra a sensibilização da população de modo geral para as formas de discriminação por orientação sexual, que têm levado estudantes a abandonarem a escola, por não suportarem o sofrimento causado pelas piadinhas e ameaças cotidianas dentro e fora dos muros escolares. Esses mesmos movimentos têm apontado a urgência de inclusão, no currículo escolar, da diversidade de orientação sexual, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da homofobia. Há pouco mais de uma década, era impensável a “Parada do Orgulho Gay”, atualmente denominada Parada LGBT, por exemplo, que ocorre em boa parte das grandes cidades brasileiras. Cada vez mais vemos homossexuais ocupando a cena pública de diferentes formas. A atual luta pela parceria civil constitui uma das muitas bandeiras dos movimentos homossexuais com apoio de vários outros movimentos sociais.

**Homofobia:** Termo usado para se referir ao desprezo e ao ódio às pessoas com orientação sexual diferente da heterossexual.

**Fonte:** Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.